

**Acta da sessão ordinária realizada  
dia 30 de Setembro de 2011**

Aos trinta dias do mês de Setembro, do ano de dois mil e onze, pelas 20 horas e 40 minutos, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Lourenço Teixeira**, secretariada pela 1.ª secretária **Dina Guerreiro Cavaco** e por **Sónia da Cruz Espírito Santo**, em substituição da 2ª secretária **Maria Filomena Mestre Guerreiro**, em cumprimento do preceituado no artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Encontravam-se presentes para a sessão os membros eleitos, para a Assembleia: **Duarte Manuel da Palma Rodrigues, Vítor Manuel Libânio Afonso, Manuel Afonso Santos, Silvino Manuel da Encarnação Romana, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, José Manuel Custódio Lança, José Eduardo Pereira Brites, Fernando Manuel da Graça Romba, António Manuel Felício Espírito Santo e José Gonçalo M. Colaço**, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia, **Ricardo António Monteiro Colaço, José Faustino Rosa Sezinando, António José Matilde Francisco, Sérgio Manuel Afonso Palma, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, João Carlos Rodrigues, João Manuel da Palma Guerreiro Paleta e Manuel da Silva**. -----

Faltaram à sessão, pelo PS **Nuno Manuel Dias Pereira**, e pelo PSD **Maria Filomena Moreira Mestre Guerreiro**, tendo o primeiro sido substituído por **António José Barreira Silva** e a segunda por **Nuno Manuel Varela Domingos**. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara **António José Messias do Rosário Sebastião**, os Vereadores, **João António Rodrigues Palma (PSD) e Fernando Teixeira Guerreiro (PS)**. -----

8	197
Livro	Folhas

Faltou à sessão o vereador **João da Luz Saleiro** (PS).-----

Verificado o quórum, o Sr. Presidente deu início à **Ordem do Dia** que tinha os seguintes assuntos: -----

**A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**A.1.** - *Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas;* -----

**A.2.** - *Votação das actas nº 12 e 13 de 2009/2013;* -----

**A.3.** - *Leitura de expediente.* -----

**A.4.** - *Intervenções* -----

**B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1.** - *Apreciação e deliberação sobre a Terceira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011;* -----

**B.2.** - *Apreciação e deliberação da Proposta n.º 18/PC/2011 – Taxa Municipal do Direito de Passagem;* -----

**B.3.** - *Apreciação e Deliberação da Proposta n.º 19/PC/2011 – Aplicação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis;* -----

**B.4.** - *Apreciação e Deliberação da Proposta n.º 20/PC/2011 – Lançamento da Derrama;* -----

**B.5.** - *Apreciação e Deliberação sobre a Proposta de Regulamento de Utilização de Veículos e Maquinas Municipais;* -----

**B.6.** - *Apreciação e Deliberação sobre a Proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Culturais, Artísticas, Recreativas, Humanitárias e de Solidariedade Social do Concelho de Almodôvar;* -----

**B.7.** - *Conhecimento sobre a evolução do Programa "Almodôvar, o concelho mais saudável ";* -----

**B.8.** - *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às Actividades Municipais mais Relevantes e Situação Financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada;* -----

**B.9.** - *Aprovação da acta em minuta;* -----

**C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA** -----

**C.1.** - *Intervenção dos Municípes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).* -----

**A – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**A.1.** *Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas;* -----

O Sr. Presidente da Assembleia comunicou que pediram a suspensão do mandato os membros Sr. **Nuno Manuel Dias Pereira** (PS) por 4 dias e a Sra. **Maria Filomena Moreira Mestre Guerreiro** (PSD) por 1 dia, tendo os Serviços da Assembleia desencadeado os devidos procedimentos para o preenchimento das vagas, sendo o primeiro substituído pelo Sr. **António**

8	199
Livro	Folhas

O Sr. **José da Lança** (PS) referiu que a sua abstenção se deveu a não ter estado presente na sessão extraordinária. -----

O Sr. **José Brites** (PS) leu uma declaração de voto contra (Anexo2).-----

**A.3. – Leitura de Expediente.** -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** fez referência à correspondência recebida e expedida pela Assembleia, desde a última sessão realizada em Junho, destacando a mais relevante que a seguir se enumera: -----

**Correspondência recebida:** -----

-Cartas da Assembleia Distrital de Beja de 04 de Julho, 4 de Agosto e 5 de Setembro a informar sobre a as participações e as dívidas de alguns Municípios do Distrito à Assembleia Distrital até ao final do mês de Julho. -----

-Carta da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais de 07 de Julho, a informar sobre a realização do XXXI Coloquio Nacional da ATAM. -

-Carta do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local de 07 de Julho a informa sobre a Petição "Não à redução do número de Autarquias e de Trabalhadores". -----

-Mail do Sr. Manuel Colaço S. Peres de 14 de Setembro, a dar informar sobre uma situação de esgotos a céu aberto; -----

-Carta da Sr. Noémia Maria Urbano Pinheiro de 19 de Setembro, a renunciar ao seu mandato na Assembleia Municipal. -----

**Correspondência expedida:** -----

-Carta para a Embaixatriz da Noruega em Portugal, de 08 de Agosto, a enviar um Voto de Solidariedade para com o Povo da Noruega; -----

-Carta para o Sr. Fernando Manuel Graça Romba de 15 de Setembro, para efeitos da sua nomeação como membro efectivo da Assembleia Municipal. -----

-Carta para o Sr. Manuel Colaço S. Peres de 19 de Setembro com a resposta da Câmara a sua carta sobre os esgotos a céu aberto; -----

-Convocatória para os membros da Assembleia Municipal para a Sessão de 30 de Setembro de 2011. -----

**A.4. – Intervenções** -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o membro **Sr. Ricardo Colaço** (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, para agradecer à Câmara Municipal a cedência de dois autocarros o que possibilitou a realização das tradicionais viagens da Junta de Freguesia e seus munícipes, salientando a excelente qualidade do serviço prestado pelos motoristas da Câmara. -----

Quis também deixar um aviso sobre a grave situação em que se encontra a Ponte do Morgadinho, depois das obras que lá foram

8	201
Livro	Folhas

Relativamente à despesa foi criada uma nova rubrica para a requalificação do Centro Náutico e espaço envolvente da barragem do Monte Clérigo, para onde existe um projecto de requalificação, com vista a instalação de uma praia fluvial na barragem. A criação da rubrica irá permitir que o investimento seja realizado através de despesas de capital.

Abertas as inscrições, usou da palavra o **Sr. José Lança** (PS) para perguntar se, na questão dos passes, era a Câmara que disponibilizava o transporte aos alunos, tendo sido esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara que a autarquia, adquire os passes à empresa Rodoviária do Alentejo, os pais pagam 50% e os alunos são transportados por àquela empresa. -----

Continuando o **Sr. José da Lança** salientou que em relação às despesas de capital é positivo que a Câmara faça os investimentos de capital programados, pois nesta altura isso é muito importante dada a conjuntura económica actual, e tudo o que sejam investimentos no concelho de que este ainda necessita são muito positivos e bem-vindos.---

Após análise e discussão o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a **Terceira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011**, que foi **aprovada por maioria**, com 17 votos a favor (PSD e PS), 3 votos contra (PS e BE) e 3 abstenções (PS). -----

***B.2. Apreciação e deliberação da proposta n.º 18/PC/2011 – Taxa Municipal do Direito de Passagem (Anexo 4);-----***

O **Sr. Presidente da Câmara** explicou, que a aplicação desta taxa nos últimos anos não tem revelado um volume de receitas significativo, mas que as empresas de comunicações electrónicas são uma área em expansão e, brevemente, com a chegada de novos elementos para as comunicações, como a fibra óptica, se espera ter oportunidade de aumentar esta receita, pelo que é essencial que a Assembleia aprove esta taxa. -----

Após a sua análise e discussão o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta n.º18/PC/2011- Taxa Municipal do Direito de Passagem**, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

***B.3. Apreciação e deliberação da proposta n.º 19/PC/2011 – Aplicação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (Anexo 5);-----***

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou a proposta da Câmara, enunciando os valores das diversas taxas, dando em seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

8	203
Livro	Folhas

O **Sr. José Brites** (PS) perguntou por que é que a listagem dos prédios não foi enviada com a documentação deste ponto.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que a proposta apresentada pelo Sr. José Lança, a ser aceite pela Assembleia, seria posta à votação a seguir à da Câmara. Porém dado que ela incide sobre uma alteração ao valor das taxas na propostas da Câmara, caso estas sejam aprovadas, a proposta seguinte ficará automaticamente rejeitada.-----

O **Sr. José Lança** (PS) interviu para dizer que retirava a sua proposta, sublinhando que fica apenas como sugestão, face às alterações que se preveem na legislação e para quando de novo vierem a esta Assembleia. -

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que compreende as propostas para reduzir as taxas, face à situação difícil que as famílias atravessam, pois uma redução IMI suavizaria as suas despesas com o património. Julga, no entanto, que a proposta é equilibrada, com a adopção das taxas intermedias, e que essa é uma postura de bom senso que garante, nesta altura de crise e de diminuição de receitas e transferências do Estado, os necessários meios para intervir com preocupações de carácter social, que são direccionadas especialmente para as famílias com mais dificuldades. --

Sobre as taxas agravadas afirmou que elas são as que a lei possibilita e que os prédios que fazem parte da listagem anexa são os mesmos apresentados o ano passado com uma ou outra alteração. -----

Quanto às sugestões colocadas pelo Sr. José Lança sobre isenção ou medidas que possam incentivar a ocupação e recuperação das casas nos núcleos antigos dos aglomerados urbanos, disse que sendo um problema mais complexo, se houver algumas medidas de incentivo elas talvez possam trazer alguns resultados. Uma delas poderá, eventualmente, passar por agravar as taxas relativas a novos projectos de loteamento, que cada vez aparecem mais e que esse aspecto lhe parecia dever ser alterado ou pelo menos agravado, porque o loteamento tem um conjunto de grandes infraestruturas, como arruamentos, água, electricidade e esgotos que a Câmara tem de suportar, acompanhadas da respectiva manutenção a que se acrescentam as vias de acesso, os espaços verdes e um conjunto de outras investimentos. -----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta n.º19/PC/2011-Aplicação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis**, tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor (PSD, PS e BE) e 4 votos contra (PS). -----

O **Sr. José Brites** (PS) leu uma a declaração de voto contra a proposta aprovada (anexo 6).-----

8	205
Livro	Folhas

o Sr. Presidente da Câmara referiu a propósito dos limites de aplicação, pois se uma empresa que tenha um volume de negócios no valor de 144.999€ estará isenta, tal revela uma grande injustiça perante as restantes empresas, sendo está a única razão para não concordar com esta proposta. -----

Referindo-se à questão da SOMINCOR o **Sr. Presidente da Câmara** disse que seria bom se a Câmara tivesse a possibilidade de acelerar o processo e as decisões judiciais, e que a Câmara tentou resolver a questão através de outro meios, mas como não foi possível chegar a um entendimento, tornou-se necessário recorrer ao Tribunal Administrativo de Beja. Acrescentou que neste momento existe um parecer dos técnicos que é favorável à Câmara, embora não seja o que ela pretende ver reconhecido, mas já é um começo, restando esperar por novos desenvolvimentos. -----

Após a análise e discussão das propostas o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta n.º20/PC/2011-Lançamento da Derrama**, a qual foi **aprovada** por **maioria** com 17 votos a favor (PSD e PS) e 6 votos contra (PS e BE). -----

O **Sr. José da Lança** (PS) leu uma declaração de voto contra a Proposta aprovada com os seguintes fundamentos: -----

1º - Não tendo sido possível até à presente data obter o pagamento deste imposto por parte da SOMINCOR, não é justificável aplicá-lo às micro, pequenas e médias empresas sediadas no concelho de Almodôvar;

2º - Estas empresas lutam com sérias dificuldades económicas para conseguirem manter a sua actividade e postos de trabalho; -----

Atravessando o país e o concelho de Almodôvar uma recessão económica é mais um imposto a pagar por parte das empresas em cima de tantos outros, tais como IRC, PEC e Pagamento por Conta." -----

***B.5.-Apreciação e deliberação sobre a proposta de Regulamento de Utilização de Veículos e Máquinas Municipais (Anexo 8);*** -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** começou por referir que este Regulamento vem criar normas que definem procedimentos e critérios que promovam a segurança, a disciplina, a organização e o planeamento da utilização e cedência de veículos e máquinas municipais. -

Através do seu articulado são estabelecidos todos os procedimentos que devem ser observados pelos Serviços nas várias áreas e divisões. As normas vão no sentido de disciplinar a utilização dos veículos, como é feito o planeamento, controlo e prioridades relativas à sua cedência a entidades exteriores à Câmara, nomeadamente, máquinas especiais e

8	207
Livro	Folhas

que lhe parecem importantes, dando em seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, começou por dizer que, ao longo dos últimos anos, às entidades a quem são prestados diversos apoios apenas lhes tem sido exigida a apresentação de um Plano de Actividades para o ano seguinte, que descrevesse as actividades previstas, o Orçamento e a Prestação de Contas, no sentido de saber onde eram utilizados os dinheiros transferidos para essas Associações. Com este Regulamento pretende-se sistematizar vários procedimentos sobre essas matérias, com documentos aprovados e formalizados por escrito, com o sentido da observância do que foi previsto, e também, criar nas Associações um espírito de cumprimento do planeado, levando-as a compreender que estes apoios são dados com dinheiros públicos que devem ser convenientemente utilizados e obedecer a um conjunto de regras previamente aceites.-----

Como se verifica no preâmbulo, reconhece-se a importância do associativismo, que representa uma parte importante das actividades no nosso concelho. No seu articulado procurou-se disciplinar os critérios para concessão desses apoios, os termos em que devem ser apresentados os Planos de Actividades e os Orçamentos, os prazos de entrega, as Prestações de Contas, o preenchimento das fichas de candidatura, a definição dos tipos de apoio, financeiros, não financeiros ou de investimento. -----

Inclui também os requisitos que as entidades que deles pretendem beneficiar tem de reunir para atribuição de apoios, como por exemplo o estarem legalmente constituídas, com órgãos sociais eleitos e em efectividade de funções, aspecto deveras importante porque qualquer associação se deve pautar por princípios de funcionamento democrático, não devendo existir uma associação que não tenha estatutos, ou não convoque eleições. Além disso, têm de ter a sede social no município de Almodôvar ou, não tendo, promovam actividades de reconhecido interesse municipal, nas áreas desportiva, culturais, artísticas, humanitárias e de solidariedade social. Deverão, igualmente, ter a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições ao Estado Português, Autarquias Locais e Segurança Social. -----

Prevê-se, também, neste Regulamento, que a Câmara Municipal constitua uma base de dados municipal das entidades culturais, artísticas, recreativas, humanitárias e de Solidariedade Social.-----

A Câmara terá, obrigatoriamente, que publicitar os subsídios atribuídos anualmente, facto que decorre da legislação e que a Câmara cumpre. -----

Estão disciplinados os deveres das entidades, nomeadamente as entregas até 30 de Setembro do Plano de Actividades e até 31 de Março

8	209
Livro	Folhas

nacional, e que por questões implícitas na candidatura ao investimento, as obras têm de ser feitas primeiro e os autos pagos e só depois se efectuam o pedido de financiamento. Poderá eventualmente a Câmara ter de avançar com o dinheiro e a obra não se realizar e é aqui que se aplica concretamente este artigo. -----

Retomando a palavra, o **Sr. José Lança** questionou se existe algum problema com a Associação "Os Malteses" uma vez que vêm mencionados na acta da Câmara, **respondendo o Presidente** que tal menção se deve a terem apresentado uma proposta de alteração ao projecto de regulamento em discussão. O Projecto de Regulamento foi sujeito a discussão pública, e nesses termos qualquer munícipe podia apresentar propostas de alteração, tendo essa Associação considerado que a data de entrega do Plano de Actividades não deveria ser até 30 de Setembro mas em data posterior o que a Câmara não aceitou. -----

Pedi a palavra o **Sr. José Gonçalo** (BE) que disse concordar com a proposta dos Malteses, tendo em conta o funcionamento das Associações, perguntou com quantas associações o Executivo falou para elaborar este documento. Questionou os critérios definidos para atribuir uma pontuação aos projectos, uma vez que há associações de carácter diferenciado, humanitárias, desportivas, etc., bem como, no que respeita aos protocolos, se estes são feitos para a globalidade dos projetos incluindo o subsídio anual ou se é um protocolo para cada projecto. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse ter uma relação de proximidade praticamente com todas as Associações havendo a preocupação de enviar o projeto de Regulamento para todas elas. Não houve nenhuma conversa formal, nem reunião, apenas o envio dos documentos para que cada uma os analisasse e colocasse questões que poderiam inclusive conduzir a reuniões. Apenas a Associação os Malteses apresentou a sugestão referida e, portanto, concluiu-se que não havia necessidade de fazer reuniões, até porque a experiência mostra que nas reuniões com as associações o número de presenças é pouco significativo. O procedimento utilizado foi o mais adequado, não discriminou nenhuma Associação, ao invés do que aconteceria se convocadas três dezenas delas aparecessem apenas cinco associações para discutir o projecto, arredando as outras da análise e elaboração do Regulamento.-----

O Regulamento aplica-se a todas as Associações e o documento estabelece aquelas que devem merecer prioridade nos apoios, de acordo com os critérios definidos, nomeadamente em dois artigos. -----

As candidaturas aos apoios serão feitas e nesta fase inicial da aplicação do regulamento a Câmara será um pouco flexível e ajudará as Associações



8	211
Livro	Folhas

prevenção e até mesmo de correcção e em que áreas e segmentos da população, para que esta venha a usufruir de uma vida mais saudável. ----

Realizaram-se também as I Jornadas Médico-Sócio-Psicológicas que abordaram a questão da comunidade envolvente na educação das crianças e adolescentes e sua importância para o seu desenvolvimento, bem como a responsabilidade das escolas e da família. -----

O segundo ano do Projecto iniciou-se com rastreios, realizados também já no 1.º ano, cujo principal objectivo foi a detecção precoce de problemas ao nível da audição e visão, que possam interferir com devido desenvolvimento académico dos alunos do Concelho. Neste ano foram efectuados também rastreios à postura, além dos rastreios visuais e audiológicos para a população escolar. Todos estes rastreios têm consultas de especialidade. Para a população adulta foram realizados rastreios à Osteoporose. A população rastreada, após consulta de especialidade, é encaminhada para o Serviço de Saúde competente. -----

Houve outras iniciativas no âmbito da gastronomia como, por exemplo, a I Feira gastronómica do concelho, com o objectivo de promover hábitos alimentares saudáveis, a comemoração de vários Dias Internacionais relacionados com a saúde, tais como o Dia Mundial sem Tabaco, Dia mundial da Luta contra a Sida, Dia Mundial do Coração, dos Diabetes, e vários *workshops*. -----

Em finais de Novembro serão realizadas as II Jornadas Médico-Sócio-Psicológicas, abordando a temática da Sexualidade e da Educação Sexual.-

Por fim é de destacar a colaboração dos técnicos da área social e do gabinete de desporto da Câmara com os técnicos da Fundação Professor Fernando Pádua para a realização destas actividades. -----

Não existindo pedidos de intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia** deu este ponto da ordem de trabalhos por encerrado. -----

***B.8. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às Actividades Municipais mais Relevantes e Situação Financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada (ANEXO 10);*** -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** enalteceu a informação distribuída a todos os membros, salientando os três relatórios habituais da DOTGU, DOMSUA e DAF e os outros documentos, pelo que se colocava à disposição para responder a todas as questões e os esclarecimentos sobre a actividade da Câmara.-----

O **Sr. João Carlos** (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz perguntou sobre o andamento da informação que enviou à Câmara, relativamente à Estrada Municipal 506, entre a Dogueno e Santa Cruz,

8	213
Livro	Folhas

estavam deterioradas. Está-se a estudar a melhor solução para o efeito, que passará por intervir em toda a estrutura da estrada o que irá acontecer possivelmente no próximo ano. -----

Em relação à Cumeada, foram feitas obras de saneamento, as quais causaram os estragos referidos e até estar concluído o projecto de repavimentação tem de ser a brigada de alcatrão da Câmara a fazer os arranjos que reduzam os problemas. -----

Quanto às questões do **Sr. José Brites**, disse que em relação aos nomes dos empreiteiros, as listagens que constam da informação da Câmara incluem o nome da obra, o ponto em que se encontra, e outras informações, não achando necessário incluir o nome do empreiteiro, porque este tem obrigatoriamente de o colocar na placa existente na obra em curso, com o seu nome, duração e custo. Sobre o Jardim do Maldonado registou a preocupação apresentada, e sobre as tampas de esgotos que não têm as alturas adequadas, disse que ainda não considerou ser necessário intervir pois o problema só se verifica em uma ou duas tampas. -----

Respondendo ao **Sr. José Lança** sobre os parquímetros, referiu que tem havido algumas sugestões por parte dos comerciantes do Mercado, mas face às obras de requalificação projectadas no mesmo e nas artérias limítrofes, pelo que seria melhor aguardar mais algum tempo, os quais estão contemplados no projecto. -----

Quanto aos muros da entrada poente os mesmos estão a ser recuperados estando previsto construir um passeio pedonal até a rotunda do Santo Amaro. -----

Registou também com muito agrado as palavras do Sr. José Lança sobre a execução orçamental. -----

Quanto à questão do **Sr. António Espírito Santo** disse que a situação dos balneários das piscinas está a ser gerida pelos responsáveis, julgando que deve existir bom senso da parte dos utentes e dos pais das crianças na sua utilização, mostrando-se aberto a sugestões que se revelem adequadas. -----

Sobre a toponímia o **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que a comissão está criada e irá ser realizada uma reunião em breve, tendo sido pedidos vários elementos de trabalho à Câmara para distribuir aos membros. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia** deu este ponto da ordem do dia como encerrado. -----

**B.9. Aprovação da acta em minuta;** -----